

JORNAL DA APUB SINDICATO

Nº 79 | MAIO 2023

GESTÃO 2022-2024: DE MÃOS DADAS COM A
DEMOCRACIA, PELA UNIVERSIDADE E POR DIREITOS



APUB
SINDICATO

FILIADO



CUT
BAHIA

Formar para quê? Reformar para quem?

A reforma do Ensino Médio continua gerando debates e críticas devido sua importância e seus atravessamentos.

Página 04

Reajuste salarial dos servidores públicos federais a partir de junho

PÁGINA 03

Docentes de IFES baianas estão no quadro técnico do Governo Federal

PÁGINA 07

Professoras fortaleceram a luta feminista no mês de março

Página 12

EDITORIAL

Iniciamos 2023 com uma tentativa de golpe no dia 8 de janeiro. Essa data não pode ser esquecida, tampouco a reação forte dos sindicatos, movimentos sociais e amplos setores da sociedade civil e governo eleito pela defesa do Estado Democrático de Direito. Tal cenário impõe à nova gestão da Apub o compromisso em manter-se alerta e mobilizada junto com a categoria docente das IFES baianas pela Democracia, como pauta transversal das nossas ações. Além dessa, defender a Ciência e a Universidade como par-

te da luta por direitos usurpados, e a ampliação deles. A conquista do reajuste salarial emergencial de 9% para os servidores públicos federais, por exemplo, abriu o debate sobre a valorização do funcionalismo e dos/as professores/as (p.03), uma luta cheia de percalços que exige disposição diante da complexidade desse momento. Celebramos, com o espaço Apub no Congresso da UFBA, a retomada do calendário acadêmico após o desafio de sobreviver aos ataques ideológicos e à asfixia financeira promovidos pelo

governo passado e seu Ministério da Educação de extrema direita e negacionista, e com a vitória da vacina e a reafirmação do nosso SUS. As mesas com debates de relevância local e nacional, bem como o lançamento do primeiro documentário contando a história do nosso sindicato e a importância dos sujeitos que dedicam suas vidas às causas coletivas, a exemplo de Joviniano Neto e diretoras/es que estiveram à frente da Apub desde 1968 (p. 10). Os rumos da Educação pública e a política do MEC estão em disputa,

e a necessidade de revogar a reforma do ensino médio traz diversas agendas de interesse da categoria docente, que desafiam a luta sindical a promover uma defesa indissociável da educação superior e básica, visto que essa área é e deve ser pensada como um investimento estratégico no projeto de nação e, portanto, com a seriedade que a questão exige, em uma conjuntura adversa no Congresso Nacional (p. 4). Por isso, sigamos “tecendo um amanhã” de realizações da categoria docente com disposição e unidade na luta.

JURÍDICO

3,17%: saiba quais lotes estão sendo convocados e pagos

Desde janeiro deste ano, foram iniciados os pagamentos dos primeiros beneficiários do processo dos 3,17%. A convocação para assinatura dos acordos teve início em 2022, e nesse momento estão sendo convocados os lotes de número 23 e 24. Em relação

aos pagamentos, já foram efetivados os referentes aos lotes 1, 2, 3, 4 e 6. O lote 5, no entanto, não foi pago ainda por conta de equívocos da 4ª Vara, mas já está em trâmite para a realização.

Importante destacar que os pagamentos são realizados diretamente pelo TRF1, órgão da Justiça, e ficam disponíveis nos bancos (Banco do Brasil ou Caixa Econômica) para serem retirados pelos beneficiários. Os valores não passam pelo sindicato, assim como não

temos acesso ao processo dos pagamentos. Mas a assessoria jurídica da Apub acompanha rotineiramente as atualizações, junto ao escritório de advocacia, para poder informar e orientar os docentes e familiares assim que os valores forem creditados.

VPNI: recursos da Apub garantiram grande redução dos impactados pela cobrança e dos valores

Docentes ativos e aposentados da UFBA, assim como pensionistas, foram surpreendidos, em dezembro de 2022, pela cobrança de reposição ao erário de valores relativos à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) recebidos entre 2011 a 2019. A VPNI é uma complementação salarial de servidores públicos para equiparação ao salário mínimo, previsto na Lei nº 8.112/1990.

Diante disso, a APUB ingressou com

um Recurso Administrativo Coletivo em nome de todos os docentes da ativa, aposentados e pensionistas afetados pela medida (totalizando 614 substituídos no processo), questionando a cobrança de devolução desses valores. O recurso garantiu que fosse reconhecida a prescrição quinquenal da cobrança, de modo que a reposição ao erário se dará considerando apenas os últimos 5 (cinco) anos anteriores à notificação de cobrança realizada em dezembro de 2022, por

meio dos Ofícios Circulares números 06/2022/PRODEP/UFBA e 08/2022/PRODEP/UFBA.

A partir disso, ficaram sujeitos à devolução ao erário apenas os servidores ativos, aposentados e pensionistas que receberam a parcela em contracheque do mês de dezembro de 2017 em diante. Tal decisão reduziu de 437 professores/as para apenas 30, além de alguns pensionistas (ainda não contabilizados), e também reduziu os

valores a serem devolvidos pelos que ainda serão cobrados.

Independente dessa decisão favorável, o sindicato prosseguirá com novas iniciativas para suspender totalmente a cobrança a fim de garantir que nenhum docente seja lesado - e também pensionista - com essa cobrança indevida, pois o pagamento se deu de forma espontânea pela administração e os valores foram recebidos de absoluta boa-fé.



Jornal da Apub Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia. Rua Aristides Novis, 44, CEP 40210-630, Federação, Salvador-Bahia.

DIRETORIA - PRESIDENTA: Marta Licia Teles Brito de Jesus (FACED/UFBA); VICE-PRESIDENTA: Clarisse Goulart Paradis (Malês/UNILAB); DIRETORA ADMINISTRATIVA: Bárbara Coelho Neves (ICI/UFBA); DIRETORA FINANCEIRA: Fernanda Figueiredo Almeida (UFBA/CRECHE); DIRETOR ACADÊMICO: José Ponciano de Carvalho Junior (Direito/UFBA); DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E CULTURA: Jailson Alves dos Santos (IQ/UFBA); DIRETOR SOCIAL E DE APOSENTADOS: Manoel Marcos Freire d'Aguilar Neto (Física/UFBA). **CONSELHO FISCAL** - Titulares: Leopoldina Cachoeira Menezes (IME/UFBA); Uilma Rodrigues de Matos Amazonas (FACED/UFBA/Aposentada); Auristela Félix de Oliveira Teodoro (Ciências Contábeis/UFBA); Suplentes: Ricardo Fernandes Carvalho (Politécnica/UFBA); Rutildes Moreira da Fonseca (FACED/UFBA/Aposentada). **CONSELHO DE REPRESENTANTES** - UFBA/SALVADOR - Titular: Ana Lúcia Barbosa Góes (IMRS); Suplente: Renato Francisquini Teixeira (FFCH); Titular: Hebe Alves (Teatro); Suplente: Carolina Costa Mota Paraíba (IME); Titular: Elvira Barbosa Quadros Cortes (Medicina/aposentada); Suplente: Ana Clara de Rebouças Carvalho (Odontologia). UFBA/CAMAÇARI - Titular: Joyce Batista Azevedo (ICTI); Suplente: Carina Santos Silveira (ICTI). IFBA/SALVADOR - Titular: José Antonio Alves Miranda (aposentado); Suplente: Pablo Vieira Florentino (Computação). UFRB - Titular: Geraldo Sampaio Costa (CCAAB); Suplente: Valfredo da Silva Pereira (CCAAB). UNILAB (CAMPUS DOS MALÊS) - Titular: Sabrina Rodrigues Garcia (IHL); Suplente: Juliana Dourado Bueno (IHL). UFOB - Titular: Leonardo Santa Inês Cunha (CMSMV); Suplente: Adriano David Monteiro de Barros (CMLEM). **Redação:** Anaíra Lôbo, Thais Tosta e Jamile Araújo - ascom@apub.org.br. **Layout e diagramação:** Carlos Vilmar. **Impressão:** Gráfica JB Gráfica. Tiragem: 3.500 exemplares. Fechamento da edição: 31/05/2023. Foto capa: carol_garcia-govba_widexl

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

-  71 3235-7433
-  71 9.9157-0037
-  apub@apub.org.br
-  www.apub.org.br
-  www.facebook.com/apubsindicato
-  twitter.com/apubsindicato
-  www.youtube.com/ApubSindicato

■ CARREIRA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

É tempo de garantir direitos e ampliar conquistas

Reajuste dos Servidores Federais do Executivo de 9% e o aumento no auxílio alimentação em R\$ 200 a partir de junho é ponto de partida para a categoria



Por *Thaís Tosta*

O reajuste de 9% não era exatamente o que os servidores públicos federais esperavam desde a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente. O retorno da instância de negociação com o funcionalismo público aconteceu no dia 07 de fevereiro deste ano, após 6 anos de suspensão do diálogo entre as entidades representativas de servidores e o Governo Federal.

Foram longos anos de retrocesso e descaso por parte do poder Executivo que se recusou a acolher as demandas prioritárias das categorias. A reinstalação da Mesa garantiu ao movimento sindical a reabertura de um diálogo direto e permanente com os ministérios.

Instituída em 2003, na primeira gestão do governo Lula, foram realizados 175 Termos de Acordos em 14 anos, que beneficiaram cerca de 1,2 milhão de servidores públicos federais ativos,

aposentados e pensionistas. “O retorno da Mesa de Negociação foi uma resposta imediata de Lula aos ataques contra os trabalhadores da Educação e do serviço público em geral, ocorridos durante os governos Temer e Bolsonaro, que ignoravam a necessidade de discutir pontos fundamentais para a valorização da carreira dos servidores públicos, a exemplo do reajuste salarial, defasado em pelo menos 41%, e o aumento do vale refeição”, lembrou Jailson Alves.

Outro ponto que merece destaque foram as implicações da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95/2016), que estabeleceu o Novo Regime Fiscal, teto dos gastos por vinte anos, no âmbito dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União. “A Emenda Constitucional 95 passava diretamente pela forma como são compreendidos os direitos dos servidores públicos, a própria natureza e compreensão do que seja o serviço público. E isso nos colocou no limbo do ponto de vista de

salário e de carreira. Foi uma situação muito difícil vivenciada por nós, não existia diálogo, apenas tentativas sucessivas de retirada de direitos. Hoje, nós temos um governo que busca valorizar os servidores públicos e já provou que está aberto ao diálogo. Mas, quando o governo chamou o conjunto dos servidores públicos do Executivo para uma mesa de negociação, ele veio com um percentual pré-estabelecido e era muito aquém daquele que seria o ideal para, pelo menos, fazer a recomposição das perdas sofridas por causa da inflação”, refletiu Raquel Nery, diretora de Seguridade Social do PROIFES.

A proposta de reajuste estava em debate desde fevereiro e após três rodadas de negociações entre as entidades representativas e Governo, os servidores públicos conseguiram elevar o percentual oferecido inicialmente de 7,8% para 9% e o acordo foi formalizado no dia 20 de março. Com a crise política e econômica instaurada, não serão poucas as dificuldades que

enfrentaremos no Brasil. Ainda assim, essa tímida reposição salarial, recebida a partir de 01 de junho através da vigoração da medida provisória 1170/23, incluindo servidores aposentados e pensionistas, deve ser considerada como o primeiro passo da remissão desses últimos seis anos. A presidenta da Apub, Marta Lícia Teles reflete que o reajuste é apenas uma etapa na luta que mira o futuro. “O Sindicato continuará mobilizado e participando ativamente das agendas políticas de articulação e enfrentamentos necessários para assegurar a abertura das mesas setoriais de negociação, que resultem em ganhos reais para a nossa categoria. Vencida essa etapa, o nosso foco será o aperfeiçoamento da nossa carreira e melhoria das condições de trabalho nas IFES, assim como outras pautas tão importantes, a exemplo, da autonomia das universidades e retomada do investimento em infraestrutura e continuidade das obras que estão paralisadas, a exemplo da UFOB e UNILAB/Malês”, avaliou a professora.

■ EDUCAÇÃO PÚBLICA



Colégio Professora Maria Leal Lopes - Nova Ibiá

Formar para quê? Reformar para quem?

O Novo Ensino Médio, instituído por meio da lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, é uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Por Anaíra Lôbo

O ensino médio é parte integrante da Educação Básica, assim como a educação infantil e o ensino fundamental. Neste ano, primeiro da implementação da reforma, a pauta foi retomada com força diante das dificuldades para sua realização. A pressão social sobre o tema em disputa, já nos primeiros dias do novo governo Lula, levou à suspensão do cronograma de implementação para dar lugar a audiências públicas.

“O resultado das audiências, junto com seminários e outros eventos que o sindicato tem participado, dará um substrato para compreendermos mais profundamente o que precisamos aperfeiçoar e propor sobre o ensino médio desde o nosso lugar”, pontua a presidenta da Apub, Marta Lícia Teles, pedagoga, doutora em Educação pela UFBA e pesquisadora em Políticas e Gestão da Educação.

Mas, para a revogação que está sendo

pautada no debate público, a matéria precisa passar pelo Congresso Nacional, porque houve alteração na LDB, o que demanda muita mobilização social e articulações políticas. Para uma discussão qualificada, o legislativo precisa recuperar os acúmulos feitos no período anterior à 2016, principalmente através das ações do Fórum Nacional da Educação e das Conferências Nacionais de Educação, interrompidas após o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff.

O QUE É O NOVO ENSINO MÉDIO

Esse novo currículo deverá ser dividido entre os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de caráter obrigatório e que ocupa cerca de 60% da carga horária, e os Itinerários Formativos (ou Trilhas de Aprendizagem), escolhido pelos estudantes para complementar o restante do período.

As disciplinas de português e matemática serão o foco da BNCC e obrigatórias nos três anos; as demais terão redução na carga horária. O ensino de filosofia, sociologia, artes e educação física não necessariamente terão ofertas fixadas no triênio do EM, dependerá da área de conhecimento escolhida pelo estudante.

Já os itinerários são em quatro áreas de conhecimento - Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - e uma de Formação Técnica e Profissional (FTP). O estudante poderá se aprofundar nos conhecimentos de uma área de conhecimento e na formação técnica e profissional; ou mesmo optar por duas ou mais áreas, e a FTP. Segundo consta no portal do Ministério da Educação, "as redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar", sendo ao menos duas das cinco opções, o que possivelmente se traduzirá em desigualdades nas ofertas de acordo com os recursos financeiros e humanos das instituições públicas e privadas.

IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

A aplicação do novo ensino nas escolas deveria ter ocorrido em 2020, dois anos após a publicação da nova BNCC. No entanto, vivíamos sob o governo Bolsonaro com constantes trocas de ministros da Educação e seu projeto deliberado de desmonte da educação pública em todos os níveis, e em meio a uma pandemia, o que resultou na ausência total de políticas assertivas para apoiar os estados e municípios diante dos novos desafios (também técnicos e tecnológicos), do fechamento das escolas e da evasão de estudantes.

Com o fim da crise sanitária, o processo é iniciado pelos estados, responsáveis pelo ensino médio, sem o suporte do governo federal. "E por isso, cada um está em um momento diferente de implementação, devido à heterogeneidade no que diz respeito ao acesso, ampliação e cobertura do ensino médio e das próprias desigualdades educacionais e de recursos", explica Marta Lícia.



Juliana Gabriela Leal - Professora da Rede Estadual da Bahia desde 2007

O QUE A UNIVERSIDADE TEM A VER COM ISSO?

Os efeitos dessa reforma no ensino superior não serão sentidos apenas no futuro, com a entrada de estudantes egressos do novo ensino médio nas Universidades. No presente, a questão já é uma problemática, principalmente para os cursos de licenciatura. "Os currículos das licenciaturas têm que estar circunstancializados, a partir das necessidades concretas da educação básica", explica Roberto Sidnei, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, psicólogo e doutor em Ciência da Educação.

Ele aponta que são muitos os impactos dessas alterações, "na medida que o novo ensino médio comete um conjunto de equívocos, construído em uma perspectiva de não equidade, e negando, de alguma maneira, alguns conhecimentos acadêmicos e científicos extremamente necessários à formação da cidadania. Mas não só, também cria uma promoção curricular dos itinerários formativos".

Além disso, uma parte do novo Ensino Médio se dedicará ao Projeto de Vida dos estudantes. Para isso, professores deverão auxiliar esses jovens a refletir sobre o que desejam para o futuro e as possibilidades de estudos. Juliana Gabriela Leal, que é professora de geografia da educação básica e vice-diretora da Escola Manoel Devoto,



Roberto Sidnei Macedo, Diretor da Faculdade de Educação da UFBA

em Salvador, também problematiza a implementação. "Ninguém está preparado para as disciplinas da parte diversificada do currículo. A Secretaria de Educação do Estado disponibilizou apenas uma ementa para as equipes de trabalho, sem promover estímulo ou formação para virarmos autores de material didático. A demanda de criar apostilas e novos conteúdos a partir do início do ano letivo gerou grande sobrecarga e estresse para os professores e professoras", relatou. Ela relata ainda que alguns docentes ficaram com 1 hora/aula por semana e, por isso, tiveram que ser programados com 26 turmas para fechar a carga horária, o que significa 26 planilhas por unidade, cada uma com 45 alunos, em média. "Duro demais avaliar e é impossível conhecer os estudantes e tratá-los de modo individualizado", desabafou a professora que também é Especialista em Gestão Pública Municipal e Metodologia do Ensino para Educação Profissional.

No papel de gestora, ela explica que o tempo para iniciar a implementação foi exíguo, não foram criados momentos para ampla discussão entre as equipes pedagógicas da Secretaria de Educação, dos Núcleos Territoriais de Educação e das Unidades Escolares para analisar estratégias de escolha dos itinerários formativos para 2023, assim como houve pouca participação das famílias e estudantes na análise dos conteúdos que cada itinerário propõe.



Marta Lícia Teles Brito de Jesus - Presidente da APUB e docente da FACED/UFBA

Sobre isso, o professor Roberto avalia que "para o ensino médio da escola pública é um prejuízo enorme, porque esses itinerários foram realizados a partir de uma decisão abstrata, sem olhar as condições concretas de trabalho docente, de formação docente, de condições de atendimento", o que compromete inclusive a capacidade de atender à formação integral para a cidadania plena vinculada ao mundo do trabalho, à produção científica e à vida.

Inegavelmente, mudanças estruturais na educação são necessárias e exigem discussão qualificada entre educadoras/es, especialistas e pesquisadoras/es, estudantes, gestores/as, em todo o país, considerando a diversidade e as desigualdades presentes. "O ensino médio é uma etapa da educação básica, e é o momento que estabelece maior relação com a educação superior. Essas relações dão dimensão da importância de todo o ciclo educacional, por isso não pode ser visto de forma isolada e desarticulada", complementa Marta Lícia.

Juliana aponta ainda que é fundamental, nesse momento, pensar na formação de professores e defende: "o currículo antigo é ruim. Não podemos voltar para ele. Mas o Novo Ensino Médio tem que ser discutido com quem está no chão das escolas, de todas as redes de ensino. Precisamos construir um Novo Ensino Médio!".

■ EDUCAÇÃO PÚBLICA

2016 | APUB E PROIFES CONTRA A APROVAÇÃO DA REFORMA

A proposta de reforma do EM foi anunciada em setembro de 2016, pelo governo de Michel Temer através da Medida Provisória 746/2016, e aprovada em dezembro daquele ano, à revelia das múltiplas vozes que denunciavam a forma arbitrária de tratar um tema complexo e com tantos atravessamentos.

Estudantes ocuparam escolas em todo o país e realizaram protestos junto com educadores, organizações da sociedade civil, e as Universidades públicas também. Desde quando foi proposta, a reforma virou pauta nas ações da Apub e do PROIFES, que compreendiam os danos de uma proposta verticalizada, oriunda de um governo anti-democrático e privatista. As manifestações exigiam a retirada da medida e a ampla participação social no debate sobre o tema, assim como o aumento do investimento na Educação pública para alcançar os objetivos pactuados no Plano Nacional de Educação.

Em nota de análise da MP 746 à época, a Federação explicava que o projeto previa o desvio progressivo das verbas públicas da Educação para o setor privado. “É isso que se pode depreender do Art. 4º, §11, que permite firmar convênios com instituições de educação à distância com notório conhecimento” - as quais, no Brasil, se destacam as do ramo privado - realizando, conforme especificado no inciso VI, cursos “mediados pela tecnologia”. Ainda na mesma direção, como segundo exemplo, o Art.12, que regulamenta a transmissão de telecursos, possivelmente também encomendados ao setor privado e pagos com recursos públicos”, explica o documento.

Isso se deu em meio à luta contra a PEC do teto dos gastos, promulgada como EC 95 em dezembro de 2016. Destacam-se ainda na onda dos ataques antipopulares, os projetos de lei como o Escola Sem Partido e a Reforma Trabalhista, aprovada no final



www.wikipedia.org

de 2017, bem como a interrupção do conteúdo acumulado de debates dos governos Lula e Dilma com os educadores e movimentos sociais sobre políticas para o ensino médio.

2023 | REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Após a aprovação da Medida, a Apub continuou se envolvendo nas discussões estaduais e nacionais pela revogação da reforma, principalmente através da participação no Fórum Estadual da Educação (FEE-BA). Em 2018, o sindicato promoveu, junto com outras entidades, o debate “BNCC e Reforma do Ensino Médio: Desigualdades Educacionais e Sociais”. Com a eleição de Jair Bolsonaro e a pandemia de covid-19, a luta pela revogação foi represada, mas não deixou de ser um tema fundamental na agenda da Educação.

Em março deste ano, as professoras Eliane Gonçalves (UNILAB/Campus dos Malês), do GT Educação da Apub e Alessandra Assis (Faced/UFBA), ex-coordenadora do FEE-BA, participaram da 4ª Plenária Inter Congressional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) representando o sindicato, em Brasília, com objetivo de discutir a revogação do Novo Ensino Médio e a defesa da Educação pública.

Em maio, o sindicato participou do Seminário Nacional do GT Educação do PROIFES-Federação, que abordou a reforma, seus dilemas e

problemas, e também a formação de professores da educação básica e a BNCC. Participaram as professoras do GT Educação da Apub, Marta Lícia, Uilma Matos, Silvia Leite - as três da Faced/UFBA - e Eliane Gonçalves. A partir do seminário, o GT Educação do PROIFES elaborou um documento de posição pela revogação do novo ensino médio, assim como das Resoluções 02/2019 (Formação inicial) e 01/2020 (BNC-Formação), defendendo assim a retomada da Resolução 02/2015 - a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A Apub também esteve na atividade promovida pelo GT Ensino Médio do FEE-BA junto com a Faculdade de Educação. Na ocasião, constituiu-se um Comitê Estadual pela Revogação do Novo Ensino Médio, da Base Nacional Comum (BNC)-Formação e da Resolução 02/2019. Pelo sindicato, estiveram as professoras Uilma Matos e Andrea Beatriz Hack (Letras/UFBA), membro do FEE-BA na cadeira do Sindicato.



Foto: arquivo pessoal

■ DOCENTES EM FOCO

Docentes da UFBA e UNILAB contribuem no quadro técnico do governo federal

Olival Freire e Igor Graciano contam como têm sido suas experiências no CNPq e Ministério da Cultura, respectivamente

Por Jamile Araújo

Os últimos anos foram marcados pela resistência contra os cortes e bloqueios de verbas das Universidades Públicas e Institutos Federais, bem como o desinvestimento na Ciência e Tecnologia no Brasil. De acordo com o Observatório do Conhecimento, nos últimos sete anos, as perdas com cortes orçamentários em fomento à pesquisa científica e tecnológica foram de cerca de R\$ 83 bilhões.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm relevante papel na reconstrução do país e na saída do obscurantismo, seja nas pesquisas que baseiam políticas públicas, ou com a

contribuição de docentes e pesquisadoras/es qualificados para composição do quadro técnico do governo. A Apub teve conhecimento de que professores e professoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foram nomeados para alguns cargos. Da UFBA, foram pelo menos 10 docentes empossados e da UNILAB, foram indicados dois, tendo apenas um assumido.

O Sindicato conversou com o professor Olival Freire, do Instituto de Física da UFBA, diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

e também com Igor Graciano, do Campus dos Malês da UNILAB, coordenador na Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura. Eles relatam como têm sido as experiências e suas contribuições.

Igor explicou que os primeiros meses do Ministério da Cultura têm sido voltados para sua reconstrução, já que a pasta foi extinta desde o governo Temer e só foi retomada este ano. "Nos anos de Bolsonaro, mais que o esvaziamento das políticas públicas, podemos dizer que ocorreu um investimento em sua destruição, inclusive com a diluição do Conselho Nacional de Políticas Culturais, instância que garantia

a participação popular na construção dessas políticas e que legitima o Plano Nacional de Cultura (PNC)", afirmou.

Para o docente, é natural e esperado que a universidade esteja presente no Executivo, tanto na construção conceitual das políticas quanto na cessão de pessoas para a gestão. "A negação da política e do conhecimento científico, que sustentam em grande medida a concepção de mundo da extrema direita, faz com que universidade seja vista com desconfiança ou mesmo como inimiga, o que diz muito dessa cisão entre governo e seus quadros, além do sucateamento e da precarização deliberada das IFES", ponderou Igor.



Professor Olival Freire, do Instituto de Física da UFBA, diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

// Minha atividade de pesquisa, de certa maneira, me impôs adquirir uma familiaridade com o que tem sido feito na ciência e na tecnologia no Brasil nos últimos setenta anos."
Olival Freire



Professor Igor Graciano, do Campus dos Malês da Unilab, coordenador na Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura.

// A negação da política e do conhecimento científico, que sustentam em grande medida a concepção de mundo da extrema direita, faz com que universidade seja vista com desconfiança ou mesmo como inimiga."
Igor Graciano

■ DOCENTES EM FOCO

Já no CNPq, as primeiras iniciativas na diretoria foram relacionadas aos desafios indicados na comissão de transição para a área de ciência e tecnologia, em particular, o reajuste das bolsas de mestrado, doutorado e iniciação científica, relatou Olival Freire. “Isso só foi viável pela iniciativa articulada pela comissão de transição, a chamada PEC da transição, o que destravou e liberou recursos. Ao lado disso, os primeiros dias foram para nos inteirarmos dos novos desafios e dos problemas presentes na estrutura do CNPq, e também na agenda da ciência e tecnologia”, explicou.

Olival vê com naturalidade e como parte da missão da universidade ceder professores/as para a máquina do governo federal. Ele conta que sua formação e docência foram nas ciências exatas, mas seu campo de pesquisa se voltou mais para as humanidades, história e filosofia da ciência, e é pesquisador do CNPq na área de história. “Essa experiência de familiaridade com áreas bastante distintas do conhecimento tem sido um trunfo na minha atividade de gestão. Ter sido pró-reitor de pesquisa da UFBA me ajudou muito, porque uma das dificuldades que temos na gestão da pesquisa em ciência e tecnologia é que distintas áreas do conhecimento tem distintos modos de produção de

conhecimento, e muitas vezes essa diferença se expressa até na valorização, por exemplo, de um artigo científico ou na produção na área de artes. Então, essa visão das formas de produção do conhecimento é muito necessária na gestão da pesquisa e na gestão da ciência e tecnologia”, reforçou.

Além dessas experiências, Olival acrescentou que nos últimos sete anos se dedicou à pesquisa sobre a história da ciência no Brasil na metade do século vinte. “Minha atividade de pesquisa, de certa maneira, me impôs adquirir uma familiaridade com o que tem sido feito na ciência e na tecnologia no Brasil nos últimos setenta anos”, pontuou.

Igor Graciano relatou que sua formação acadêmica e de pesquisa se deu de forma articulada com a experiência na assessoria de políticas públicas na área de livro, leitura e literatura. “Ainda no Mestrado, entre 2007 e 2008, fiz uma consultoria da Unesco sobre a dimensão criativa das políticas de promoção da leitura no âmbito do Ministério da Cultura, na época sob a gestão de Gilberto Gil. Mais tarde, tive uma experiência na Secretaria de Cultura de Canoas, município da região metropolitana de Porto Alegre, antes de sair para fazer o doutorado.

Portanto, posso dizer que me formei como professor e pesquisador ao mesmo tempo que trabalhava, e assim também me formava, na gestão de políticas culturais para o livro e a leitura. Trata-se de um retorno, afinal”, observou.

RETOMADA E DESAFIOS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Olival vê a retomada do investimento e do fortalecimento da ciência e tecnologia no Brasil com um otimismo moderado. “Foram desatados alguns nós muito importantes para o apoio à área da ciência e tecnologia. O mais importante deles foi a restauração da legislação que restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a principal fonte de investimento na área. Esse fundo não pode ser contingenciado, deve ser aplicado integralmente em atividades precípuas, relacionadas à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação”, ressaltou.

Ele acredita ainda que a recomposição e ampliação orçamentária do FNDCT depende da retomada do desenvolvimento econômico, e do esforço de reindustrialização do país, a partir de uma transição energética, buscando a sustentabilidade. Entre

os desafios para o desenvolvimento da ciência no país hoje, Olival apontou a recomposição do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que foi sucateado nos últimos seis anos; a retomada da infraestrutura (laboratórios, equipamentos, insumos e tudo mais), do apoio aos pesquisadores e a valorização das bolsas de estudo; e alargar a base de ciência e tecnologia do Brasil, com mais inclusão de mulheres, negros, indígenas. “Todos os países do mundo que têm lidado com esse problema chegam à mesma conclusão: uma ciência mais diversa é uma ciência de melhor qualidade”, defende.

O pesquisador finaliza reforçando a necessidade de certos focos estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico do país: transição energética; conhecimento da biodiversidade como recurso fundamental para o desenvolvimento econômico; maior digitalização ou informatização da sociedade brasileira, da indústria, da agricultura, das escolas, e maior inclusão no mundo digital; desenvolvimento espacial, da indústria aeronáutica, da área nuclear, em particular o esforço da construção de um reator multipropósito, construção via colaboração entre Brasil e Argentina, que será essencial para buscar a autonomia na produção de radiofármacos.

// Todos os países do mundo que têm lidado com esse problema chegam à mesma conclusão: uma ciência mais diversa é uma ciência de melhor qualidade.”
Olival Freire



Esplanada dos Ministérios - Brasília/DF

LISTA DE DOCENTES DA UFBA E UNILAB EM FUNÇÕES NO GOVERNO FEDERAL

UFBA

- ☑ Olival Freire Junior, Instituto de Física - Diretor na Diretoria Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- ☑ Uallace Moreira Lima, Faculdade de Economia; Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- ☑ Erika Santos de Aragão, Instituto de Saúde Coletiva - Diretora do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desempenho da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - Ministério da Saúde
- ☑ Isabela Cardoso de Matos Pinto, Instituto de Saúde Coletiva; Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Ministério da Saúde
- ☑ Laise Rezende de Andrade, Instituto de Saúde Coletiva - Diretora de Programa, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Ministério da Saúde
- ☑ Daniela Maria Amoroso, Escola de Dança - Coordenadora-Geral da Diretoria de Projetos da Secretaria Executiva - Ministério do Esporte
- ☑ Larissa Daiane Vieira Barros, Instituto de Psicologia; Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Ministério da Saúde
- ☑ Edilson Tavares de Araujo, Escola de Administração - Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- ☑ João André Santos de Oliveira, Faculdade de Medicina da Bahia - Coordenador-Geral da Informação Estratégica em Saúde do Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde, da Secretaria de Saúde Digital - Ministério da Saúde
- ☑ Alessandra Santos de Assis, Faculdade de Educação - Coordenação Geral do Sistema Nacional de Educação da Diretoria de Articulação com os Sistemas Nacionais de Ensino, Planos Decenais e Valorização dos Profissionais da Educação da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - Ministério da Educação.

UNILAB

- ☑ Igor Graciano, Campus dos Malês - Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Secretaria de Formação, Livro e Leitura - Ministério da Cultura.



Professora Meran Vargens foi empossada membro da Academia de Ciências da Bahia

A professora da Escola de Teatro da UFBA, Meran Muniz da Costa Vargens, foi empossada como membro da Academia de Ciências da Bahia (ACB) no dia 08 de março. A finalidade da ACB é contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia como fator essencial ao bem estar social no país, fomentando a ligação entre os setores acadêmico, produtivo e governamental do estado da Bahia. A Apub parabeniza Meran, que é filiada à entidade desde 2010.



Professora Mirella Márcia foi eleita nova imortal na Academia de Letras da Bahia

Mirella Márcia Longo Vieira Lima, professora titular de Teoria Literária na UFBA, pesquisadora do CNPq na área de Literatura, escritora e filiada à Apub Sindicato desde 1982, foi eleita imortal na Academia de Letras da Bahia em março deste ano. A docente é autora de sete livros, tem numerosos artigos e capítulos de livros publicados no Brasil, em Portugal, na França e nos Estados Unidos. A diretoria da Apub recebeu com alegria a notícia e parabeniza a professora.

■ ACADÊMICA

Apub no Congresso UFBA 2023: compromisso com a pesquisa, ensino e extensão



A oitava edição do Congresso UFBA foi realizada entre os dias 14 e 17 de março e contou com 900 mesas, 2500 vídeo-pôsteres e mais de 200 intervenções artísticas presenciais e virtuais

Por Thaís Tosta

O Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFBA é um importante espaço de reflexão aprofundada sobre a universidade, sobre suas heranças, perspectivas e seu papel social. E a Apub participa desse momento desde 2016, contribuindo para a ampliação e consolidação de uma instituição pública, gratuita, de qualidade e com forte compromisso com a sociedade.

E no ano marcado pelo retorno da atividade em formato presencial, após a lacuna ocasionada pelo período de pandemia, o sindicato contribuiu promovendo cinco mesas. A proposta foi levar temas para reflexão e proposição relacionadas à defesa da Universidade pública e da Democracia no país, com as seguintes mesas: “A Política Nacional de Educação Digital e os rumos da C&T no país”; “Universidade, Democracia e Autonomia”; “A democracia brasileira

em horizonte de esperança e tentativas de destruição”; “Universidade democrática e popular: perspectivas futuras”; e por fim, o lançamento do filme: “54 anos da APUB” com homenagem ao professor Joviniano Neto.

O professor Ponciano Carvalho (Direito/UFBA), diretor acadêmico do sindicato, esteve na mesa de abertura do Congresso no Salão Nobre da Reitoria e destacou a importância da participação da entidade, bem como as temáticas escolhidas. “Nós, diretoria da Apub, reafirmamos durante o Congresso o compromisso da nossa universidade com a sociedade brasileira. Um compromisso de sermos universidade autônoma, antirracista, que se alimente dos direitos humanos, que defenda o respeito à diversidade sexual e às identidades de gênero, o direito à vida, que defenda a universidade gratuita, pública, de qualidade, socialmente reconhecida, que defenda e construa a

democracia brasileira”, declarou.

De acordo com o Reitor da UFBA, Paulo César Miguez, as participações resultaram na grandeza da atividade e classificou como fundamental a contribuição da Apub ao longo desses anos. “O Congresso da Universidade Federal da Bahia foi um sucesso nessa oitava edição, reiterando uma tradição inaugurada lá atrás pelo reitor João Carlos Salles. O evento ofereceu-se mais uma vez como um palco privilegiado para apresentação de toda a produção científica e artística realizada por essa comunidade. Destaco com alegria a presença e o compromisso da Apub com as mesas organizadas e inscritas na programação, reiterando o seu apoio para a realização desse importante evento”, declarou.

Entre os debatedores nas mesas do sindicato, o jornalista e professor filiado Emiliano José foi um dos convidados

para a mesa “Democracia brasileira em um horizonte de esperança e tentativas de destruição”. Ele reforçou a importância da temática logo após a transição de governo no país. “Nos últimos seis anos, nós vivemos de fato uma contradição entre a luta do povo brasileiro, que era o horizonte de esperança, e as tentativas seguidas de destruição por parte do governo Michel Temer e, na sequência, do governo Bolsonaro. Mas o povo resistiu aos ataques nas últimas eleições e decidiu trazer novamente Lula à direção da nação. E o nosso horizonte de esperança é esse governo do presidente pela sua sabedoria e capacidade de levar o país a novos caminhos, tanto no plano interno com a distribuição de renda e com a volta das políticas públicas tão essenciais, como também no plano internacional, onde ele continua a ocupar papel de destaque na luta em defesa dos mais pobres de todo o mundo”, avaliou Emiliano.



Não por acaso, no último dia de Congresso, o sindicato debateu “Universidade democrática e popular: perspectivas futuras”, no qual o professor Álamo Pimentel (UFSB) discorreu sobre a emergência da temática. “Como educador, suspeito que temos muito que continuar aprendendo a juntar esforços para o enfrentamento do colonialismo intelectual, escravocrata, patriarcal, pastoral e oligárquico que transpassam nossas universidades por dentro e por fora. Suspeito ainda que o trabalho de descolonização do presente também nos desafia em escalas transnacionais. No Congresso da

UFBA, reforçamos que é preciso desnaturalizar as estruturas autoritárias internas das nossas universidades e reafirmar o compromisso com a Educação Básica a partir de programas, ações e novas formas de cooperação condizentes com as exigências democráticas do nosso tempo, além da participação na formulação conceitual e metodológica de grandes políticas, como os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação”, pontuou.

Como parte das atividades do GT de CT&I da Apub foi realizada a ampliação das discussões sobre a política insti-

tuída por meio da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que tem como objetivo promover o uso das tecnologias digitais na educação, tanto no ensino básico quanto no ensino superior, visando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. “Participar na qualidade de moderadora da mesa que contou com as contribuições do professor Ênio Pontes de Deus e da professora Ana Lúcia Góes foi muito interessante porque pudemos integrar sobre as principais diretrizes da política nacional de educação digital, dando ênfase ao contexto de C&T em que se encontra o Brasil, em paralelo

com a necessidade de formação de professores para o uso de tecnologias digitais na educação, a oferta de conteúdos educacionais digitais de qualidade e a promoção da inclusão digital de estudantes e professores. A mesa destacou que a política nacional de educação digital é uma iniciativa importante do governo brasileiro para promover a inovação na educação e garantir que todos tenham acesso às tecnologias digitais e a conteúdos educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no país”, lembrou Bárbara Coelho (ICI/UFBA), diretora administrativa da Apub.

LANÇAMENTO DO DOCUMENTÁRIO 54 ANOS DA APUB



O último dia do Congresso foi reservado para contar um pouco da história de luta e resistência do Sindicato a partir do documentário “54 anos da Apub”, concebido e co-produzido pelo professor Jailson Alves, diretor de comunicação e cultura da entidade, e dirigido e editado por Aquilino Paiva.

Um dos principais personagens dessa história e que ajuda a contá-la foi homenageado na ocasião - o professor e cientista político Joviniano Neto. “O documentário traz importantes testemunhos e conta trajetórias como a

minha, o mais antigo presidente vivo e atuante desde a sua fundação. Durante os 54 anos de história, a Apub, como todo sindicato, defendeu condições de trabalho, carreira e salário. Mas, desde o início incluiu na sua identidade a defesa da democracia na sociedade e na universidade, e a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Minha primeira eleição à presidente da Apub foi em 1983. E comemoro a minha presença em todos esses anos na base, em cargo de direção e na luta pela construção desse sindicato”, declarou.

■ LUTAS POPULARES

Professoras fortaleceram a luta no mês de março

Poesia, música, dança e marcha de rua teve a participação das filiadas

Por Jamile Araújo

Em março, as docentes marcaram presença nas ações relativas ao mês internacional de luta das mulheres. As professoras participaram da tradicional marcha do dia 8, em Salvador, que este ano saiu da Lapinha e foi até o Pelourinho, em referência às mulheres que lutaram pela Independência da Bahia; no dia anterior, o sindicato promoveu, junto com o Sindicato dos Engenheiros da Bahia, o debate online “Assédio: no trabalho, na Educação e no Carnaval”, com a presidenta da Apub, Marta Lícia Teles, a presidenta do SENGE-BA, Márcia Ângela Nori e a Superintendente Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Camila Batista.

Já no dia 10, a Apub realizou seu primeiro Sarau Literário Feminista, que teve palco aberto para declamação de poemas, apresentação da banda Samba de Caboclas, muita dança e alegria. O evento contou com a participação das poetisas convidadas: Eliane Gonçalves, docente do Malês/UNILAB e coordenadora do Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África; Lílian Paula Serra e Deus, docente do Malês/UNILAB, escritora e autora de livros publicados em 2017, 2020 e 2022; Marina Lima, educadora, formada em vídeo pela Oi Kabum Escola de Arte e Tecnologia, e integrante do Coletivo Cutucar; e Mônica Menezes, escritora e docente do Instituto de Letras/UFBA.

A vice-presidenta da Apub, Clarisse Paradis, afirmou que a marcha e todas as atividades que o movimento de mulheres realizou, tanto no nível local quanto nacional, reforçam a necessidade de luta por uma sociedade igualitária,



Sarau Literário Feminista da Apub

justa e democrática. “Os desafios são inúmeros, pois as mulheres estão sofrendo com a falta de trabalho, em situação de precariedade das condições trabalhistas e de renda muito pior que os homens. Se a gente pensar também nas questões raciais, vemos que as mulheres negras estão em postos de trabalho mais precarizados, ganhando menos, com menor acesso às políticas sociais, como a aposentadoria. Então, esse conjunto de desafios estão colocados e precisam ser problematizados. E muitas vezes é nas ruas que a gente consegue dialogar com a sociedade, discutir o machismo que está presente nas famílias, nos espaços de trabalho, no futebol, nas universidades”, afirma a dirigente.

Clarisse acredita que a participação da Apub nas atividades leva a pauta das mulheres docentes, e a reflexão sobre o que faz com que o trabalho dessas seja precarizado. “As mulheres que vivenciam a dupla jornada de trabalho acabam tendo mais dificuldades de serem diretoras de faculdades, reitoras, de

estarem nos espaços de poder da Universidade, ou estar em pé de igualdade nos projetos de pesquisa, de extensão, de financiamento de pesquisa, de produtividade. Acho que nós temos que questionar como um todo esse universo da produtividade acadêmica, mas inserindo que há diferenças significativas entre a disponibilidade que mulheres e homens têm para o trabalho acadêmico, o trabalho das universidades em geral”, pondera.

Ela também discute sobre a questão da igualdade salarial envolvendo gênero e a raça. “O governo federal tem feito alguns apontamentos no sentido de pensar políticas de igualdade salarial, ou seja, de visibilizar que mesmo nas mesmas funções, as mulheres são desvalorizadas ou não têm oportunidades iguais. Nas universidades isso não é diferente. Quem são as pessoas que acabam ocupando o espaço de poder e decisão nas universidades? São majoritariamente homens brancos. Quantas reitoras nós temos? Quantas mulheres negras foram rei-



Marcha do 8 de Março em Salvador - Bahia

toras na história das universidades públicas? Então, a gente não pode admitir que a universidade reproduza essas hierarquias raciais e de gênero que estão impregnadas na sociedade. Nós precisamos que o espaço universitário reflita outras relações de poder”, conclui.

Sobre o Sarau Literário Feminista, Clarisse aponta que foi um momento muito bonito, porque a literatura é um espaço em que as mulheres encontraram para reivindicar seus direitos, melhores condições de vida, denunciar o colonialismo, as violências e o machismo no espaço privado. “A literatura sempre foi um espaço importante de luta, de reivindicação e de organizar outro projeto de vida, de sociedade, de mundo, para que as mulheres tenham asas, que possam fazer e estar onde elas quiserem. E foi muito inspirador também porque a gente contou com poetisas que estão nas universidades onde a gente realiza esse trabalho sindical, como na UFBA e na UNILAB”, finaliza.